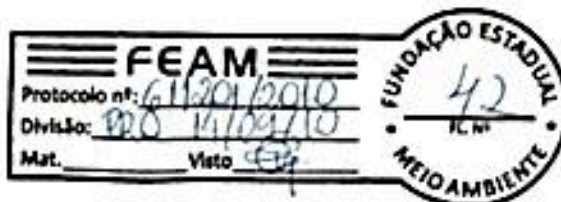


feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



Processo nº: 103/1981/057/2008

Assunto: Auto de Infração nº F911/2007, lavrado contra Companhia Siderúrgica Nacional/Mineração Casa de Pedra, infração grave, porte grande.

PARECER JURÍDICO

1) RELATÓRIO

1 – A Companhia Siderúrgica Nacional, Mineração Casa de Pedra, foi autuada como incurso no artigo 86, VI, do Decreto nº 44.309/2006, pela seguinte irregularidade:

"Na área 32 do empreendimento constatou-se que as baias de decantação e clarificação dos efluentes da unidade de flotação encontravam-se completamente assoreadas.

Verificou-se que o efluente das baias lançado no Córrego da Plataforma apresentava elevadíssimo nível de turbidez e sólidos suspensos, bem como flocos de material particulado, vindo a causar poluição do curso d'água afluente do Rio Maranhão."

Foi imposta a penalidade de multa simples no valor de R\$ 30.001,00 (trinta mil e um reais)

2 - O processo administrativo encontra-se devidamente formalizado. O autuado foi notificado da lavratura do Auto de Infração nº 911/2007 por meio do Ofício GEDAM/FEAM nº 052/2007. No entanto, o Aviso de Recebimento relativo ao ofício retrocitado não retornou dos Correios, conforme atestado às fls. 41.

3 – O autuado protocolou defesa em 18/06/2007, que deverá ser considerada tempestiva, haja vista que não retornou dos Correios o Aviso de Recebimento que atestaria a data de recebimento.

Alegou o autuado, em síntese, que:

- deveriam ter sido incidido sobre o valor-base da multa as circunstâncias atenuantes previstas no artigo 69, I, "a" e "e", do Decreto nº 44.309/2006;
- a autuada deve apresentar medidas que serão realizadas com o objetivo de reduzir a quantidade de sólidos carregada para aquelas bacias, aumentar o tempo de residência, melhorar a sedimentação das partículas em suspensão e dar operacionalidade ao sistema, com o intuito de garantir a cessação das irregularidades constatadas pela fiscalização, colaborando para mitigação dos impactos constatados;

- serão construídas duas novas baias;
- está prevista a introdução de sistema de recirculação do efluente da filtragem;
- será intensificada a limpeza das baias, para aumentar o tempo de residência;
- haverá mudança do processo de transporte de granulado da área 28 para a 32, buscando reduzir a geração de sólidos e estender o período de residência;
- será alterada a faixa de controle do pH do efluente da filtragem, contribuindo para o processo de sedimentação das partículas em suspensão;
- as ações demonstram que a autuada pretende corrigir os impactos gerados ao meio ambiente e recursos hídricos, caracterizada a atenuante do artigo 69, I, "a", do Decreto nº 44.309/2006;
- a empresa tem colaborado com os órgãos ambientais para solucionar os problemas indicados pelo agente fiscalizador, tornando-se aplicável a atenuante do artigo 69, I, "e", do Decreto nº 44.309/2006.

4 – Do ponto de vista jurídico, não foram apresentados motivos para descaracterizar o Auto de Infração. Senão vejamos.

Alegou o autuado que deveriam incidir as atenuantes previstas no artigo 69, I, "a" e "e", do Decreto nº 44.309/2006, pelas razões já expostas. Contudo, os fatos apresentados como autorizadores das atenuantes são medidas que ainda não haviam sido efetivadas quando da lavratura do AI e, portanto, não foram consideradas oportunas pelo agente fiscalizador. E, nesta oportunidade, não há elementos comprobatórios que autorizem sua imposição.

Da análise da defesa, outrossim, só se depreendem pretensões do autuado de efetuar medidas mitigadoras, mas **não há contestação alguma do cometimento do fato infracional previsto no artigo 86, VI, do Decreto nº 44.309/2006,** que originou o Auto de Infração nº 911/2007.

Desta feita, entende esta Procuradoria que deverá ser mantida a penalidade de multa simples.

No entanto, o valor da multa cominada à infração cometida pelo autuado deverá ser reduzido nos termos do Anexo I, do Decreto nº 44844/2008, aplicável retroativamente, haja vista o disposto no artigo 96:

"Art. 96 – As alterações dos valores das multas promovidas por este Decreto implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéficas ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa."



Nos termos do referido Anexo, será reduzido o valor da multa para R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais), pelo cometimento da infração grave, prevista no artigo 86, VI, do Decreto nº 44309/2006, por empreendimento de grande porte.

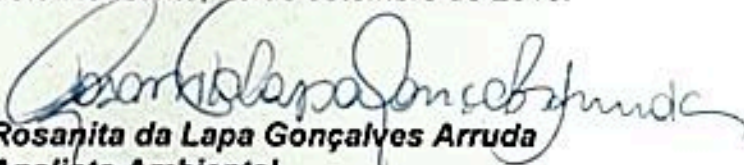
II) CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, remetemos os autos ao Vice-Presidente da FEAM e sugerimos que seja mantida a **penalidade de multa simples** no valor de R\$20.001,00 (vinte mil e um reais), com fulcro no artigo 86, VI do Decreto nº 44.309/2006 e artigo 96 e Anexo I, do Decreto nº 44.844/2008 (infração grave, empreendimento de grande porte).

É o parecer.

À consideração superior.

Belo Horizonte, 13 de setembro de 2010.



Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda

Analista Ambiental

OAB/MG 80357 - MASP 1059325-9



Joaquim Martins da Silva Filho

Procurador-Chefe Feam

OAB/MG 16076 - MASP 1043804-2